

doi: <https://doi.org/10.31447/35485> | e35485



PINTO, José Madureira

John Kenneth Galbraith e o campo da economia norte-americana: esboço de análise sociológica,

Porto, Edições Afrontamento, 2023, 480 pp.

ISBN 9789723620009

Nuno Domingos

No seu livro mais recente, José Madureira Pinto analisa o percurso do economista norte-americano, de origem canadiana, John Kenneth Galbraith (1908-2006). Para isso, faz uso das ferramentas da sociologia da ciência e desafia os que pensam na existência de temas reservados aos grandes centros universitários, em especial anglo-saxónicos. A sua abordagem escapa ao padrão normalizado que concede ao investigador português a jurisdição sobre o próprio país ou, se tanto, sobre áreas geográficas definidas por traços culturalistas – seja a Europa do Sul, herdeira de um certo mediterraneísmo, ou o mundo lusófono, erguido sobre os escombros do império colonial.

Economista de raiz institucionalista, cientista aplicado envolvido na produção de políticas estatais, intelectual público interveniente nos assuntos da nação, Galbraith foi uma figura central do campo da ciência económica norte-americana durante grande parte do século XX. Foi, também, um crítico da evolução paradigmática seguida pela sua própria disciplina. A análise biográfica concede a Madureira Pinto um meio para descrever e interpretar a evolução das

tendências da economia norte-americana neste período, mas também as do campo científico a que se encontra ligada. Educado no Canadá, num contexto rural, filho de pai progressista comprometido com os assuntos da comunidade, Galbraith, aluno diligente, conseguiu, em 1932, uma bolsa da Universidade de Berkeley para estudar economia comunitária e agrícola. Aí, foi exposto a um ensino marcado pela obra de Alfred Marshall, na qual se sentia ainda a herança da análise histórica e institucional do liberalismo alemão e dos trabalhos de Thorstein Veblen.

O início do percurso académico de Galbraith coincidiu com a maior crise do sistema capitalista e com o processo de reorganização do Estado em resposta à urgência da situação social. Em 1934, Galbraith começou a ensinar em Harvard. Nesse mesmo ano, foi contratado pelo Ministério da Agricultura já no âmbito do New Deal rooseveltiano. Keynes publicou *The General Theory of Employment* em 1936, obra fundadora da macroeconomia na qual advogou a necessidade de o Estado institucionalizar regulações e controlos sobre a atividade dos mercados. Galbraith adotará, com matizes e críticas, o conjunto

das premissas de Keynes, incorporando a experiência do New Deal e dos seus efeitos na organização de uma comunidade mais coesa e menos desigual. Depois de passar por Princeton em 1937-38 e de viajar para a Inglaterra, onde estava Keynes, e para a Suécia, onde o institucionalismo se mantinha forte e Gunnar Myrdal se destacava, trabalhou no Office of Price Administration, criado por Roosevelt em 1941 para controlar os preços e evitar espirais inflacionistas. Galbraith manteve-se ativo nos programas económicos governamentais. Durante a Segunda Guerra Mundial estudou o efeito dos bombardeamentos norte-americanos nas economias alemã e japonesa, e nos anos seguintes participou nos programas de ajuda norte-americana, sobretudo na Alemanha. Foi ainda diretor da revista *Fortune*, mas, em 1948, regressou a Harvard, onde obteve um contrato permanente.

A experiência em instituições de regulação estatal da economia e a exposição a um mundo académico relativamente plural refinou e deu sentido a um conjunto de disposições e perspetivas que Galbraith retivera da sua educação familiar. A este respeito, foi central a ideia de que a política e a ciência deviam contribuir para o bem-estar geral. Este era o princípio que deveria guiar a “arte da economia”, isto é, a aplicação, condicionada pelas solicitações do terreno, de princípios teóricos e de dispositivos técnicos. Intervindo sobre a formação dos preços, ou sobre os salários, o Estado podia criar uma dinâmica de valorização de bens e serviços. Menos desenvolvido

no pensamento de Galbraith, mais focado na economia nacional, é o quadro de competição entre Estados-nação e a forma como as políticas de institucionalização económica se poderiam colocar a uma escala transnacional.

Nas décadas seguintes, Galbraith examinou os fundamentos do capitalismo norte-americano. Em *American Capitalism*, de 1952, explicou o modo como as grandes empresas oligopolistas (*corporations*, em inglês), muitas vezes operando em cartel, tinham o poder de planificar a economia nas sociedades capitalistas – a planificação não era, então, uma particularidade dos Estados socialistas, mas um atributo de qualquer economia industrial. Concentrando o capital, estas grandes empresas operavam em economias de escala, integravam verticalmente o ciclo industrial e monopolizavam o conhecimento científico, as infraestruturas e as burocracias técnicas públicas e privadas, que Galbraith designou por tecnoestrutura. Os agentes económicos mais frágeis, nomeadamente os pequenos produtores e empresários, sujeitos às regras de planificação das empresas, intervinham marginalmente na organização de mercados. Mais do que indivíduos naturalmente gananciosos, os empresários, ficando reféns das lógicas institucionais que criavam o *habitus* empresarial, observavam racionalmente as regras competitivas do jogo económico. Mas a capacidade de planificação corporativa manifestava-se igualmente na esfera do consumo.

Em *The Affluent Society* (1958), Galbraith denunciou a ideia de “soberania

do consumidor”, já que entre os poderes de planificação corporativa se encontrava a capacidade de moldar o consumo e de condicionar, através da publicidade, por exemplo, as opções individuais. O desenvolvimento de uma sociedade de consumo estratificada era um efeito destas políticas e, simultaneamente, um fator da sua institucionalização. As classes de consumos articulavam-se com a segmentação da estratificação laboral, reproduzida pela fragmentação de estilos de vida. Sem políticas de regulação e de nivelamento, estes processos de segmentação iriam acentuar-se. Uma das manifestações mais notórias desta segmentação era a reprodução laboral da dominação de género, vincada em estruturas hierárquicas patriarcais, dependentes da exploração do trabalho doméstico feminino, que mantinha as características de trabalho servil.

O Estado podia intervir diversamente neste jogo económico. Para o êxito da planificação das empresas, o Estado devia afastar-se do desempenho de determinadas funções de regulação, reduzindo o volume e o carácter progressivo das políticas fiscais, deixando de garantir a provisão de alguns bens, serviços e apoios sociais, e afastando-se da gestão de empresas estratégicas, inclusive de monopólios naturais. No papel de árbitro, importava que caucionasse a legalidade da arquitetura jurídica que regia as trocas económicas e reduzisse ao mínimo as intervenções que visavam o equilíbrio do sistema. Como referiu Galbraith, quando levada a sério, a legislação anti-*trust* nos EUA corresponderia quase a uma

ilegalização do capitalismo. O Estado contribuía ainda para o desenvolvimento deste sistema liberal ao organizar uma educação de massas segmentada e especializada, com vista aos provimentos de mão de obra, desincentivando a organização sindical e promovendo centros de vanguarda científica, cujo conhecimento, ajustado aos objetivos corporativos, auxiliava o seu exercício planificador.

Em *Economics and the Public Purpose* (1973), Galbraith criticou o impasse da economia mista do pós-guerra, incapaz de reduzir as bolsas de pobreza, muito evidentes entre os afro-americanos, a desigualdade educativa, a segmentação do mercado de trabalho e da estrutura de consumo e a obsolescência da mobilidade social – um fator importante para legitimar o “american way of life” do pós-guerra. Os orçamentos estatais incluíam uma proporção cada vez maior dedicada à indústria militar, um sector com pouco investimento reprodutivo, mas que era, aspeto não especialmente desenvolvido neste livro, um elemento fundamental de institucionalização do campo económico norte-americano e um efeito evidente da persistência de formas de nacionalismo económico expansivo. Incentivando uma diplomacia persuasora ou desencadeando intervenções diretas, os militares contribuíram para a manutenção de vantagens competitivas sobre os mercados externos, reforçando vantagens já adquiridas, nomeadamente o papel do dólar como divisa de troca universal.

Galbraith foi, igualmente, um analista crítico da evolução do campo da ciência económica, que considerou como

cada vez mais dependente da agenda planificadora das grandes empresas. Sem usar o conceito de “campo”, mais tarde difundido pela obra de Pierre Bourdieu, Galbraith empregou análises de tipo histórico e sociológico para explicar a hegemonia das dinâmicas de formalização e matematização da ciência económica nas grandes universidades norte-americanas. Incapaz de conhecer e interpretar o mundo real, afastando-se das ciências sociais, os programas organizados pela ciência económica tornaram-se num meio ideológico de intervenção e transformação do mundo. Nas primeiras décadas do pós-guerra, a influência do cânone keynesiano ainda se fazia sentir nas universidades e nas políticas governamentais. Porém, tratava-se já de um keynesianismo acanhado, cingido a um conjunto de áreas de intervenção macroeconómica e dependente de uma legitimação econométrica. A chamada teoria de síntese, proposta por Samuelson em 1948, formalizara o casamento de Keynes com a teoria neoclássica e domesticara a análise institucionalista.

O percurso de Galbraith mostra a evolução da correlação de forças no campo académico e no campo económico. Ao contrário de outros economistas – institucionalistas, marxistas, economistas radicais, ou os especialistas ocupados com temas desvalorizados no interior do campo académico: a pobreza, a educação, os problemas urbanos –, Galbraith manteve-se influente nas universidades de elite e na esfera política, sendo nomeado, em 1961, embaixador na Índia por John Kennedy. Apesar desta notoriedade, o seu

estatuto científico fragilizou-se. Como explica Madureira Pinto, o envolvimento do autor com a “economia prática” ligada ao intervencionismo estatal, o perfil de intelectual público crítico, acentuado pela posição contra a guerra do Vietname, o apoio aos movimentos dos direitos civis e a sua insistente crítica às fundações do “capitalismo americano” fizeram dele uma presença incómoda, mesmo que não pudesse ser considerado um radical. De dentro do campo surgiram denúncias acerca da sua dificuldade de teorizar, à luz dos princípios da ciência dominante, as extensas análises críticas. Na transição para a década de 1980, o que restava de keynesianismo encontrava-se sob ataque, nomeadamente após a subida dos preços da energia, suscitada pelo choque petrolífero de 1973. Cada vez mais articuladas com o pensamento académico, as grandes empresas defendiam que a solução para a crise exigia a consagração da liberdade dos agentes económicos atuarem sem freios no mercado, mobilizando imagens de empreendedorismo enraizadas na imaginação norte-americana. Este era também o sinal do início da prolongada crise da social-democracia. A marginalização do pensamento de Galbraith indicava a deterioração de um regime de pluralidade paradigmática no campo da ciência económica e a imposição, mais definitiva, do paradigma neoclássico e formalista além do seu *habitus* disciplinar como a “ciência normal”, para utilizar a conhecida expressão de Thomas S. Kuhn.

A análise do processo de institucionalização do campo económico norte-americano serve igualmente para

compreender a extensão do processo de disseminação desta “ciência normal”. Os modelos económicos formalistas, positivos, neoclássicos, da escola de Viena aos “Chicago Boys”, legitimaram-se pelo aparato tecnológico oferecido pela econometria e pela produção de extensas bases de dados; por uma especialização do trabalho científico inserido em equipas verticalizadas e hierarquizadas, nas quais grande parte dos investigadores se limitavam a executar agendas de pesquisa definidas pelos financiadores, públicos e privados. Este positivismo – que se concretiza numa ciência dos dados e dos factos, como se estes não resultassem de construções situadas e fossem apenas veículo para exercícios de aplicação de teorias pré-fabricadas – limita-se a validar modelos, nos quais se introduzem alterações de cosmética e cujas hipóteses são testadas pelo recurso a dados empíricos, selecionados para as confirmar. Este modelo é notório, por exemplo, em interpretações históricas sobre a trajetória de desenvolvimento de Estados nacionais. Nelas, determinadas séries estatísticas confirmam hipóteses pré-estabelecidas, ignorando causas e hipóteses alternativas que, recorrendo a evidências quantitativas e qualitativas, desafiam esses pressupostos teóricos e, em muitos casos, os invalidam.

Segundo Madureira Pinto, a formalização de princípios epistemológicos e metodológicos estritos limita o processo de acumulação do conhecimento e de reflexão comum em campos científicos plurais. A institucionalização de uma “ciência normal” dependeu

consideravelmente do controlo sobre o acesso ao campo, ou pelo menos aos seus lugares centrais, da monopolização dos currículos de ensino e das agendas de investigação e do domínio sobre os mecanismos de contratação e consagração. No caso analisado, uma rede de *business schools* e uma constelação de revistas de “excelência” separaram os integrados dos marginais, estigmatizando a dissensão disciplinar; reificaram os princípios epistemológicos dominantes pelo efeito de uma cadeia de auto e heterocitação, que criou o chamado *impact factor*; este, retroativamente, justificou as políticas de contratação e de financiamento. Formas mais abrangentes de discussão e de interpretação foram deixadas a meios desvalorizados de reconhecimento interno, como a produção de livros, ensaios e recensões. Na realidade, a dissensão, tanto em relação à ciência dominante como ao aparelho burocrático que a reproduz, tendeu mesmo a ser considerada como um problema de política institucional que deveria ser eliminado.

Ao analisar o “caso Galbratih”, Madureira Pinto criou uma espécie de laboratório ideal das lutas pelo poder que habitam os campos científicos. Estas clivagens explicam-se por diferenças científicas e disciplinares. Mas, sobretudo nos casos em que o campo possui uma autonomia mais débil, as principais clivagens resultam da influência de agendas externas ao próprio funcionamento do campo. Foi assim que a ciência económica dominante se transformou num meio de legitimação de projetos de planeamento económico, públicos e

privados – transformando-se, em boa medida, num veículo de justificação discursiva posto ao serviço de interesses (do Estado e das empresas), tendo deixado de lutar pela sua autonomia em relação a outras esferas e desviando-se da procura do bem comum.

DOMINGOS, N. (2024), *Recensão “John Kenneth Galbraith e o campo da economia norte-americana: esboço de análise sociológica*, Porto, Edições Afrontamento, 2023”. *Análise Social*, 252, LIX (3.º), pp. 2-7. DOI: <https://doi.org/10.31447/35485>.

Nuno Domingos » nuno.domingos@ics.ulisboa.pt
» Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-1616-6710>.
